

ÍNDICE GERAL

PREFÁCIO	5
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I – Garantias Administrativas	11
1. Meios gratuitos e meios contenciosos	11
2. Reclamação e recurso	13
2.1. Aspectos comuns	13
2.2. Dedução	17
2.3. Natureza e fundamentos	17
2.4. Legitimidade	18
2.5. Prazos	19
2.6. Efeitos sobre os atos administrativos	20
2.7. Efeitos sobre os prazos	21
3. Reclamação	23
3.1. Prazo para a reclamação	23
3.2. Prazo para a decisão	23
4. Recurso hierárquico	24
4.1. Pedido formulado	24
4.2. Prazo para a decisão	26
4.3. Recurso hierárquico necessário	27
5. Omissões ilegítimas de atos administrativos	28
6. Recursos administrativos especiais	29
7. O mandatário	30

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

7.1. Constituição de mandatário	30
7.2. Consulta do processo e passagem de certidões	31
CAPÍTULO II – Impugnações Administrativas nas Autarquias Locais	33
1. Município	34
1.1. Câmara Municipal	34
1.2. Presidente da câmara	40
2. Freguesia	41
2.1. Junta de Freguesia	41
2.2. Presidente da Junta	41
3. Impugnações administrativas	41
CAPÍTULO III – O Processo Administrativo	45
1. Os tribunais administrativos	45
2. Formas de processo	56
3. Tramitação eletrónica dos processos de jurisdição administrativa e fiscal	60
CAPÍTULO IV – Processo Comum	63
1. Fase dos articulados	63
1.1. Petição inicial	63
1.1.1. Requisitos	63
1.1.2. Legitimidade passiva	64
1.1.3. Contrainteressados	67
1.1.4. Instrução da petição	68
1.1.5. Custas	69
1.1.5.1. Isenção de custas	70
1.1.5.2. Dispensa do pagamento prévio da taxa de justiça	76
1.2. Citação	76
1.3. Contestação	77
1.3.1. Prazo	77
1.3.2. Conteúdo da contestação	79
1.4. Reconvenção	80
1.5. Trâmites subsequentes	80
1.5.1. Envio do processo administrativo	80

1.5.2. Intervenção do Ministério Público	81
1.6. Réplica e tréplica	81
1.7. Articulado superveniente	83
2. Saneamento e instrução do processo	84
2.1. Despacho pré-saneador	84
2.2. Audiência prévia	85
2.2.1. Tentativa de conciliação	85
2.2.2. Ouvir as partes	86
2.2.3. Despacho saneador	86
2.2.4. Objeto do litígio e enunciação dos temas da prova	86
2.3. Não realização da audiência prévia	88
2.4. Instrução	89
2.5. Audiência final	91
2.6. Honorários de advogado	92
CAPÍTULO V – Impugnação dos Atos Administrativos	97
1. Conceito de ato administrativo	97
1.1. Definição atual	97
1.2. Definição tradicional	97
1.3. Evolução	99
1.4. Autoria	100
1.5. Decisões	100
1.6. Forma	101
2. Atos nulos	101
3. Atos anuláveis	105
4. Atos confirmativos	105
5. A impugnação do ato	106
5.1. Legitimidade ativa	106
5.1.1. Eleitores recenseados na circunscrição da sede da freguesia	107
5.1.2. Outras entidades	108
5.2. Não aceitação do ato	109
5.3. Eficácia do ato	109
5.4. Prazo	110
5.5. Notificação ou publicação deficientes	115

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

6.	Fundamentos da impugnação	115
6.1.	Usurpação de poder	116
6.2.	Incompetência	117
6.3.	Violação de lei	117
6.4.	Vício de forma	118
6.5.	Desvio de poder	119
7.	Vicissitudes da instância	121
7.1.	Apensação de impugnações	121
7.2.	Ampliação da instância	121
7.3.	Anulação administrativa, sanção e revogação do ato administrativo com efeitos retroativos	122
CAPÍTULO VI – Condenação à Prática de Atos Administrativos		123
1.	Princípio da decisão	123
1.1.	Conteúdo	123
1.2.	Prazo para decidir	124
1.3.	Consequências do incumprimento do dever de decisão	124
2.	Objeto e pressupostos da ação de condenação	125
2.1.	Silêncio da administração	125
2.2.	Recusa na própria apreciação do requerimento	126
2.3.	Indeferimento do requerimento	126
2.4.	Prática de um ato administrativo com conteúdo positivo parcialmente desfavorável	128
2.5.	Prévia utilização da impugnação administrativa necessária	128
3.	Prazos	129
3.1.	Em caso de ausência de resposta da administração	129
3.2.	Em caso de ato de indeferimento e outros casos	130
CAPÍTULO VII – Impugnação de Normas e Condenação à Emissão de Normas		131
1.	Conceito	131
2.	Impugnação de normas	132
2.1.	Legitimidade	132
2.2.	Prazos	133
3.	Condenação à emissão de normas	134

CAPÍTULO VIII – Ações relativas à Validade e Execução de Contratos	135
1. Âmbito	135
2. Prazos	142
3. Invalidade do contrato	142
CAPÍTULO IX – Processos Urgentes	145
1. Tramitação	145
2. Contencioso eleitoral	146
3. Contencioso dos procedimentos de massa	149
3.1. Conceito	149
3.2. Aplicação em Portugal CPTA de 2002	149
3.3. Lei vigente	150
3.3.1. Seleção de processos com andamento prioritário	150
3.3.2. Regime específico do artigo 99º do CPTA	152
4. Contencioso pré-contratual	154
4.1. Âmbito	154
4.2. Prazo	154
4.2.1. Meios facultativos de impugnação administrativa	155
4.2.2. Impugnação dos documentos conformadores do procedimento	156
4.3. Tramitação	157
4.4. Efeito suspensivo	157
4.5. Adoção de medidas provisórias	159
5. Das intimações	160
5.1. Intimação para a prestação de informações, consulta de processos ou passagem de certidões	162
5.2. Intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias	165
CAPÍTULO X – Procedimentos Cautelares	169
1. Procedimentos no CPC e no CPTA	169
2. Características dos processos cautelares	172
2.1. Provisoriedade	172
2.2. Instrumentalidade	175
2.3. Prova indiciária do direito	176

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

2.4. Urgência	179
3. Tramitação	183
3.1. Critério da ponderação de interesses	185
3.2. Caducidade, revogação e alteração	191
4. Espécies de providências cautelares	191
Providências conservatórias	191
Providências antecipatórias	191
5. Suspensão da eficácia de ato administrativo ou de norma	192
5.1. Suspensão de eficácia de ato administrativo	192
5.1.1. Conjugação do artigo 128º com o artigo 131º	198
5.2. Suspensão da norma	199
5.3. Admissão provisória em concursos e exames	201
5.4. Regulação provisória de uma situação jurídica	203
5.4.1. Regulação provisória de quantias	204
5.5. Procedimentos de formação de contratos	207
6. Decisão da causa principal	208
CAPÍTULO XI – Recursos	211
1. Espécies de recursos	211
2. Competência	211
3. Alçadas e valor da causa	213
4. Regime da substituição	214
5. Recurso de apelação	215
6. Recurso de revista	217
7. Recursos extraordinários	221
7.1. Recurso para uniformização de jurisprudência	221
7.2. Recurso de revisão	222
8. Interposição e tramitação do recurso	223
CAPÍTULO XII – A Execução	225
1. Execução contra entidades públicas	225
1.1. Títulos executivos	225
1.1.1. Sentença	225
1.1.2. Atos administrativos inimpugnáveis	229
2. Fins da execução	230

ÍNDICE GERAL

2.1. Execução para pagamento de quantia certa	230
2.1.1. Execução espontânea e coerciva	231
2.2. Execução para prestação de factos ou de coisas	232
2.2.1. Execução espontânea	232
2.2.2. Causas legítimas de inexecução	233
2.2.3. Tramitação	235
2.2.4. Providências de execução	237
2.2.5. Sanção pecuniária compulsória	237
2.3. Execução de sentença de anulação de atos administrativos	238
CAPÍTULO XIII – Arbitragem Administrativa	241
1. Expansão da arbitragem	241
2. Tramitação	244
ÍNDICE GERAL	247